

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.548.083 - SP (2019/0213850-7)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : JANDIRA ELZA DA SILVA FREU  
**ADVOGADO** : HELIELTHON HONORATO MANGANELI - SP287058  
**AGRAVADO** : BANCO BMG SA  
**ADVOGADOS** : RODRIGO VALERIO BARREIRA - RJ199097  
JOÃO CARLOS GOMES BARBALHO E OUTRO(S) -  
SP367899

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base nestes fundamentos:

- i)* não foi demonstrada a violação dos dispositivos arrolados;
- ii)* incidência do óbice constante na Súmula 7/STJ; e
- iii)* falta de comprovação do dissídio jurisprudencial.

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do seguinte óbice: não foi demonstrada a violação dos dispositivos arrolados.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, §11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 15% sobre o valor da causa para 17%, observada eventual concessão da gratuidade de justiça.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar na condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI  
Relatora

